

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
2.255.759/13-5



YCa

ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
COMERCIAL BORGATO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.
Nº CSBRA20131200024

entre

COMERCIAL BORGATO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

com a interveniência garantia de

BORGATO COMÉRCIO DE MÁQUINAS S.A.

BORGATO SERVIÇOS AGRÍCOLAS S.A.

BORGATO ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.

EBC COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

BORGATO CAMINHÕES S.A.

ELIDIO BORGATO

MARIA LUCIA DE CAMARGO BORGATO

CAIO DE CAMARGO BORGATO

como Fiadores

Datado de
11 de dezembro de 2013

A

ÍNDICE

1. AUTORIZAÇÃO	3
2. REQUISITOS	3
3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA	5
4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	5
5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA	5
6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	7
7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES	30
8. AGENTE FIDUCIÁRIO.....	36
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	44
10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES	45
11. RENÚNCIA.....	50
12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA	50
13. ALTERAÇÕES.....	50
14. DISPOSIÇÕES GERAIS	50
15. LEI APLICÁVEL E FORO.....	51

A

N

ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA
REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA
COMERCIAL BORGATO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.
Nº CSBRA20131200024

Pelo presente instrumento particular:

- I. Na qualidade de companhia emissora das Debêntures (conforme definido abaixo),

COMERCIAL BORGATO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A., sociedade anônima de capital fechado, sede na Cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, na Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, s/nº, Chácara Borgato, Zona Rural, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 57.213.191/0001-97, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.450.558, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Emissora"); e

- II. Na qualidade de agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão (conforme definido abaixo), representando a comunhão dos titulares de tempos em tempos das Debêntures ("Debenturistas"),

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade anônima com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, bloco 13-C, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Agente Fiduciário"),

e, ainda,

- III. Na qualidade de intervenientes garantidores (em conjunto, "Fiadores"),

BORGATO COMÉRCIO DE MÁQUINAS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Silvânia, Estado de Goiás, na Rodovia GO-010, km 70/71, s/nº, Setor Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.365.484/0001-47, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Borgato Máquinas");

BORGATO SERVIÇOS AGRÍCOLAS S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, na Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, s/nº, km 1,8 – sala 3, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.280.519/0001-12, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Borgato Serviços");

BORGATO ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Morro Agudo, Estado de São Paulo, na Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, s/nº, km 1,8 – sala 1, Zona Rural, inscrita no CNPJ/MF sob o

nº 13.280.519/0001-12, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Borgato Administradora");

EBC COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1226, 6º andar, conjunto B6, Jardim Paulistano, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.632.519/0001-34, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("EBC");

BORGATO CAMINHÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Braz Olaia Acosta, nº 727, Jardim Califórnia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.163.414/0001-05, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) na respectiva página de assinaturas do presente instrumento ("Borgato Caminhões") e, em conjunto com a Emissora, Borgato Máquinas, Borgato Serviços, Borgato Administradora e EBC, "Sociedades do Grupo Borgato";

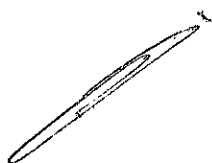
ELIDIO BORGATO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens com Maria Lucia de Camargo Borgato, qualificada abaixo, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 3.336.091/SSP-SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 070.819.791-49, residente e domiciliado na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz da Silva Batista, nº 905, CA, apto. 261, Jardim Irajá ("E. Borgato");

MARIA LUCIA DE CAMARGO BORGATO, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens com Elidio Borgato, qualificado acima, empresária, portadora da carteira de identidade RG nº 4.956.111-X/SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 167.239.668-99, residente e domiciliada na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rua Coronel Luiz da Silva Batista, nº 905, CA, apto. 261, Jardim Irajá ("M.L. Borgato");

CAIO DE CAMARGO BORGATO, brasileiro, casado sob o regime de separação total de bens, empresário, portador da carteira de identidade RG nº 22.957.262-5/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 200.464.538-57, residente e domiciliado na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Rodovia SP 322/333, km 12 - Anel Viário Contorno Sul ("C. Borgato") e, em conjunto com E. Borgato e M.L. Borgato, "Acionistas Controladores";

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e os Fiadores doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte",

vêm, na melhor forma de direito, celebrar esta "Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Comercial Borgato Máquinas e Implementos S.A. Nº CSBRA20131200024" ("Escritura de Emissão"), de acordo com os termos e condições a seguir.



Os termos aqui utilizados, iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado que lhes é atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

Para fins desta Escritura de Emissão, "Dia(s) Útil(eis)" significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A segunda emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, da Emissora ("Emissão", "Debêntures" e "Oferta Restrita", respectivamente), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), é realizada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 11 de dezembro de 2013 ("AGE da Emissão"), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), que aprovou os termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita, bem como a constituição das Garantias Reais prestadas pela Emissora.

1.2 A prestação da Fiança e das Garantias Reais aplicáveis pela Borgato Máquinas foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da referida companhia realizada em 11 de dezembro de 2013 ("AGE da Borgato Máquinas").

1.3 A prestação da Fiança e das Garantias Reais aplicáveis pela Borgato Serviços foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da referida companhia realizada em 11 de dezembro de 2013 ("AGE da Borgato Serviços").

1.4 A prestação da Fiança e das Garantias Reais aplicáveis pela Borgato Caminhões foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da referida companhia realizada em 11 de dezembro de 2013 ("AGE da Borgato Caminhões" e, em conjunto com a AGE da Borgato Máquinas e a AGE da Borgato Serviços, "AGEs das Garantias").

1.5 A prestação da Fiança pela Borgato Administradora independe de aprovação societária, estando os diretores da referida sociedade autorizados para tal fim nos termos da Cláusula Sexta do Contrato Social da Borgato Administradora.

1.6 A prestação da Fiança e das Garantias Reais aplicáveis pela EBC independe de aprovação societária, estando os diretores da referida sociedade autorizados para tal fim nos termos da Cláusula Sexta do Contrato Social da EBC.

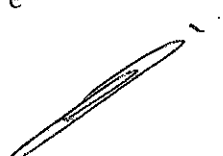
2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação da ata da AGE da Emissão.* A ata da AGE da Emissão deverá ter sido arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Diário de Ribeirão Preto", nos termos do inciso I do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.



- II. *Inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na Junta Comercial.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido inscritos na JUCESP, nos termos do inciso II e do parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora entregar ao Agente Fiduciário uma cópia autenticada desta Escritura de Emissão devidamente registrada na JUCESP até a primeira Data de Integralização;
- III. *Registro para distribuição e negociação.* As Debêntures deverão ter sido registradas para (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- IV. *Dispensa de registro na CVM e na ANBIMA.* A Oferta Restrita será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada. Igualmente, por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” em vigor nesta data;
- V. *Arquivamento e publicação das atas das AGEs das Garantias.* As atas das AGEs das Garantias deverão ter sido arquivadas nas juntas comerciais competentes e publicadas nos jornais de publicação utilizados pelas respectivas Sociedades do Grupo Borgato para publicação de seus atos societários;
- VI. *Assinatura e registro dos Contratos Iniciais de Garantia Real.* Até a Data de Emissão, o Contrato Inicial de Garantia Real indicado no item II da cláusula 6.7 desta Escritura de Emissão deverá ter sido assinado e registrado, na forma nele prevista, nos respectivos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, enquanto o Contrato Inicial de Garantia Real indicado no item I da cláusula 6.7 desta Escritura de Emissão deverá ter sido assinado e registrado, na forma nele prevista, nos respectivos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, até a data do início da distribuição das Debêntures. O Contrato Inicial de Garantia Real indicado no item III da cláusula 6.7 desta Escritura de Emissão poderá ser assinado e registrado, na forma nele prevista, nos respectivos cartórios de registro de imóveis competentes, em até 60 (sessenta) dias a partir da Data de Emissão; e



- VII. *Registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos nos Cartórios de RTD.* Em decorrência da prestação da Fiança pelos Fiadores, esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados, até a Data de Emissão, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos das circunscrições onde as Partes são sediadas ou domiciliadas, conforme o caso ("Cartórios de RTD"), devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário, até a primeira Data de Integralização, uma cópia autenticada desta Escritura de Emissão devidamente registrada em cada Cartório de RTD.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

3.1 A Emissora tem por objeto social o comércio de tratores novos e usados, máquinas e implementos agrícolas, peças e acessórios, lubrificantes e atividades agropastoris, prestação de serviços de assistência técnica e afins, comércio de veículos automotores em geral, importação e exportação de mercadorias, locação de tratores, máquinas e implementos agrícolas, caminhões, ônibus, veículos em geral, reboques, semi-reboques, equipamentos rodoviários e similares e ainda transporte rodoviário de cargas em geral.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Emissão serão destinados ao reforço do seu capital de giro.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DA OFERTA RESTRITA

5.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, de debêntures da Emissora.

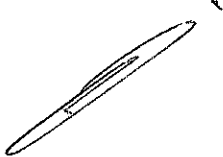
5.2 *Valor total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na Data de Emissão.

5.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 30 (trinta) Debêntures.

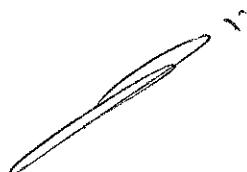
5.4 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.

5.5 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de melhores esforços de colocação, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), conforme previsto no contrato de coordenação, estruturação e distribuição pública, com esforços restritos de colocação, das Debêntures, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

5.5.1 O Coordenador Líder realizará a distribuição pública das Debêntures no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de distribuição das Debêntures, podendo tal prazo ser estendido de comum acordo entre a Emissora e o Coordenador Líder, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 8º da Instrução CVM 476 ("Prazo de Colocação").



- 5.5.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP, sendo certo que os montantes recebidos pelo Coordenador Líder em razão do pagamento, pelos Debenturistas, do Preço de Subscrição das Debêntures serão repassados à Emissora mediante transferência para a conta corrente de titularidade da Emissora, não movimentável pela Emissora, a ser mantida junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., na qualidade de banco custodiante ("Conta Vinculada da Emissora" e "Banco Custodiante", respectivamente).
- 5.5.3 Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos de subscrição das Debêntures, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.
- 5.5.4 O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.
- 5.5.5 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- 5.5.6 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias Reais; e (iv) o Coordenador Líder e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da Oferta Restrita não prestam qualquer garantia com relação à Emissão e à Oferta Restrita.
- 5.6 Preço de Subscrição. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculados *pro rata temporis* de acordo com o disposto nesta Escritura de Emissão, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, considerando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, podendo ser colocadas com ágio ou deságio, se for o caso, no ato de subscrição das respectivas Debêntures, sendo certo que o ágio ou deságio será o mesmo para todos que subscreverem e integralizarem Debêntures na mesma Data de Integralização ("Preço de Subscrição").



5.7 *Prazo e Forma de Subscrição e Integralização.* As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição, dentro do Prazo de Colocação, com integralização à vista, no ato da subscrição (cada data de subscrição e integralização das Debêntures, uma "Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis da CETIP.

5.8 *Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.* O banco liquidante da Emissão e escriturador mandatário das Debêntures será o BANCO BRADESCO S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, no núcleo administrativo denominado Cidade de Deus s/nº, Prédio Amarelo, 2º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Liquidante" e "Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante e o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos à Emissão e às Debêntures).

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

6.1 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 26 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").

6.2 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

6.3 *Tipo e Conversibilidade.* As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

6.4 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

6.5 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21.

6.6 *Data de Vencimento.* A data de vencimento das Debêntures será 11 de abril de 2016 ("Data de Vencimento"), sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, em especial no que diz respeito ao Cronograma Alternativo.

6.7 *Garantias Reais.* Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, a Emissora, as demais Sociedades do Grupo Borgato e/ou os Acionistas Controladores (para este efeito, doravante denominados em conjunto "Garantidores") constituirão, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, direitos reais de garantia mediante a oneração de quaisquer dos seguintes bens e/ou direitos de sua titularidade, conforme o caso (em conjunto, "Garantias Reais"), observado o disposto na cláusula 6.7.1 abaixo:

I. determinados equipamentos, máquinas e/ou implementos, conforme aplicável, registrados no ativo dos Garantidores, conforme aplicável (e não integrantes dos



estoques de equipamentos, máquinas e/ou implementos armazenados nas lojas comerciais dos Garantidores, nos termos do item III abaixo), de propriedade de tais respectivos Garantidores, nos termos e condições a serem descritos no(s) respectivo(s) instrumento(s) de constituição de garantia real;

- II. determinados direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade dos Garantidores, conforme aplicável, decorrentes da e/ou vinculados à Conta Vinculada da Emissora e/ou a eventuais contas vinculadas de titularidade de quaisquer dos demais Garantidores, conforme aplicável, mantidas por tais respectivos Garantidores junto ao Banco Custodiante (em conjunto, "Contas Vinculadas"), nos termos e condições a serem descritos no(s) respectivo(s) instrumento(s) de constituição de garantia real;
- III. estoques de determinados equipamentos, máquinas, implementos e peças de reposição novos e/ou seminovos, bem como lubrificantes e pneus, todos detidos pelos Garantidores, conforme aplicável, nos termos e condições a serem descritos no(s) respectivo(s) instrumento(s) de constituição de garantia real (sendo os instrumentos que representam as Garantias Reais indicadas nos itens I, II e III desta cláusula doravante denominados em conjunto "Contratos Iniciais de Garantia Real"); e/ou
- IV. determinados terrenos e imóveis de propriedade dos Garantidores, conforme aplicável, nos termos e condições a serem descritos no(s) respectivo(s) instrumento(s) de constituição de garantia real (sendo os instrumentos que representam as Garantias Reais indicadas nos itens I, II, III e IV desta cláusula doravante denominados em conjunto "Contratos de Garantia Real").
- 6.7.1. As Garantias Reais deverão, durante toda a vigência das Debêntures, observar, cumulativamente, os seguintes índices de cobertura ("Índices de Cobertura");
- (i) o valor total das Garantias Reais, consideradas em conjunto, deverá corresponder a, pelo menos, 100% (cem por cento) do montante equivalente ao saldo devedor das Debêntures em Circulação; e
 - (ii) o valor total da Garantia Real indicada no item III da cláusula 6.7 acima deverá corresponder a, no máximo, 70% (setenta por cento) do montante equivalente ao saldo devedor das Debêntures em Circulação.

6.7.1.1. Para fins do cálculo dos Índices de Cobertura, será considerado como valor total de cada Garantia Real o montante assim reconhecido e especificado no respectivo Contrato de Garantia Real devidamente registrado nos cartórios competentes.

6.7.1.2. Os Índices de Cobertura serão verificados pelo Agente Fiduciário mensalmente (ou em prazo menor, caso solicitado pela Emissora ou pelos Debenturistas, nos termos da cláusula 6.7.1.3 abaixo), até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês, a partir da primeira Data de Integralização (sendo qualquer data em que ocorrer tal verificação doravante denominada uma "Data de Verificação"), devendo a referida verificação ser realizada com base nas informações e documentos fornecidos pela Emissora, pelos eventuais demais Garantidores e/ou pelo Banco Custodiante,

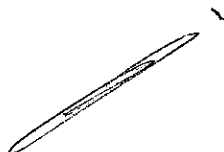
conforme aplicável, e de acordo com o disposto nos respectivos Contratos de Garantia Real.

6.7.1.3. Não obstante o disposto na cláusula 6.7.1.2 acima, a Emissora e/ou os Debenturistas poderão solicitar ao Agente Fiduciário, a qualquer momento, que verifique o atendimento aos Índices de Cobertura, devendo a referida verificação ser realizada pelo Agente Fiduciário em até 1 (um) Dia Útil contado do recebimento de solicitação nesse sentido, acompanhada das informações e documentos necessários para tal verificação, conforme aplicável, observados os termos e condições previstos nos Contratos de Garantia Real.

- 6.7.2. Caso o Agente Fiduciário verifique, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, o não atendimento de quaisquer dos Índices de Cobertura em uma Data de Verificação, por qualquer motivo (inclusive, mas não se limitando a, na hipótese de qualquer Garantia Real: (i) ser objeto de penhora, arresto, sequestro ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar; (ii) tornar-se insuficiente por qualquer motivo; ou (iii) vir a se deteriorar ou sofrer qualquer dano ou degradação, independentemente da ocorrência de sinistro), o Agente Fiduciário deverá, na qualidade de representante dos Debenturistas, comunicar a Emissora e os demais Garantidores, conforme aplicável, sobre a ocorrência de tal descumprimento até o Dia Útil imediatamente subsequente à data em que for verificado o não atendimento do(s) respectivo(s) Índice(s) de Cobertura, de forma que a Emissora e/ou qualquer dos demais Garantidores, conforme aplicável, possa tomar as providências necessárias para restabelecimento do Índice de Cobertura não atendido no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da comunicação mencionada nesta cláusula.

6.7.2.1. O restabelecimento do Índice de Cobertura poderá ser realizado mediante: (i) o depósito de recursos imediatamente disponíveis em quaisquer das Contas Vinculadas; (ii) o reforço de quaisquer das Garantias Reais, nos termos do respectivo Contrato de Garantia Real, mediante a oneração de bens e/ou direitos, conforme o caso, de natureza igual a dos bens e/ou direitos objeto das Garantias Reais, sujeito à aprovação prévia por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por meio da celebração de aditamento ao respectivo Contrato de Garantia Real, conforme aplicável, e registro do referido aditamento no competente cartório; ou (iii) a prestação de garantias reais adicionais, em termos e condições aceitáveis por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por meio da celebração do respectivo instrumento de constituição de garantia real e observância de todos e quaisquer procedimentos necessários para a constituição da referida garantia real, incluindo, sem limitação, registro do referido documento no competente cartório.

- 6.7.3. Caso seja verificado em uma Data de Verificação que qualquer dos Índices de Cobertura foi excedido, e desde que o Agente Fiduciário não tenha ciência da ocorrência de um inadimplemento total ou parcial ou um Evento de Vencimento Antecipado, os Garantidores poderão optar pela liberação da(s) Garantia(s) Real(is) a(s) qual(is) se refere o respectivo Índice de Cobertura, em montante equivalente ao valor efetivamente excedido, observado que tal liberação não poderá resultar no não atendimento de qualquer Índice de Cobertura nem em qualquer outro inadimplemento ou Evento de Vencimento Antecipado.



6.7.3.1. Para fins da liberação de Garantia Real nos termos indicados acima, quando necessário, deverá ser celebrado aditamento ao respectivo Contrato de Garantia Real, nos termos do referido instrumento, ficando desde já estabelecido que a realização da efetiva liberação de garantia somente poderá ocorrer após a correta formalização do respectivo aditamento e desde que observados os procedimentos estabelecidos nos respectivos Contratos de Garantia Real.

6.7.4. Sem prejuízo do disposto acima, as Garantias Reais poderão ser liberadas, substituídas ou complementadas, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, desde que aprovado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, mediante a celebração de instrumento específico à liberação, substituição ou complementação de garantia, conforme o caso, bem como, caso aplicável, de aditamento à presente Escritura de Emissão.

6.7.5. No exercício de suas atribuições, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, o Agente Fiduciário, por si ou por terceiros por ele contratados, poderá executar as Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas, observados os termos e condições previstos no(s) respectivo(s) Contrato(s) de Garantia Real, simultaneamente ou em qualquer ordem, sem que com isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral do Valor Garantido.

6.7.6. Fica desde já certo e ajustado que a não observância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução ou excussão de quaisquer Garantias Reais constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda ou renúncia de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

6.8 *Garantias Fidejussórias.* Em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, os Fiadores assumem, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadores e principais pagadores do Valor Garantido ("Fiança" e, em conjunto com as Garantias Reais, "Garantias"), obrigando-se solidariamente entre si e juntamente com a Emissora por todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e em conformidade com o artigo 818 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"). A Fiança é prestada em caráter irrevogável e irretratável e compreende a dívida principal e todos os seus acessórios, incluindo a Remuneração, multa convencional, Multa por Descumprimento e Evento de Vencimento Antecipado, Saldo de Resgate das Debêntures, Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures e quaisquer outros acréscimos, incluindo, mas não se limitando a, os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, indenizações, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas ("Valor Garantido"), independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber. Assim, respondem os Fiadores, em caso de inadimplemento, total ou parcial, da Emissora, solidariamente e como principais pagadoras de todas e quaisquer obrigações pecuniárias assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão.



- 6.8.1 Os Fiadores, neste ato, renunciavam expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e 77 e 595 da Lei nº 5.869 de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").
- 6.8.2 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada por qualquer dos Fiadores com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 6.8.3 O Valor Garantido será pago pelos Fiadores, fora do ambiente da CETIP, em até 2 (dois) Dias Úteis após o recebimento, por qualquer dos Fiadores, de notificação por escrito do Agente Fiduciário, renunciando os Fiadores a quaisquer discussões de mérito, ação, disputa, reclamação ou formalidades adicionais de qualquer natureza que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações. A ausência de envio ou recebimento de tal notificação não eximirá a Emissora, nem os Fiadores, de suas obrigações sob esta Escritura de Emissão ou sob a Fiança, conforme o caso.
- 6.8.4 A Fiança prestada pelos Fiadores constitui uma promessa de pagamento válida, exequível e incondicional, devendo os Fiadores cumprir todas as suas obrigações decorrentes desta Fiança sem oposição de qualquer exceção ou objeção, sendo certo, ainda, que, caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada, por qualquer motivo, ilegal, inválida ou ineficaz, todas as demais disposições aqui contidas permanecerão lícitas, válidas e eficazes em relação aos Fiadores.
- 6.8.5 Após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido, ocorrerá a sub-rogação, pelos Fiadores (conforme aplicável), em todos os direitos, ações, privilégios e garantias do credor primitivo, em relação à dívida da Emissora, sendo certo que cada Fiador obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
- 6.8.6 Todo e qualquer pagamento realizado por qualquer dos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.
- 6.8.7 A Fiança obriga os Fiadores e seus sucessores, a qualquer título, até a integral liquidação das Debêntures. Os Fiadores não poderão ceder as obrigações decorrentes da Fiança, exceto mediante anuência prévia e expressa de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 6.8.8 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão. Para fins do artigo 835 do Código Civil, a Fiança é prestada por prazo determinado, sendo exigível até a data do integral pagamento do Valor Garantido.

6.8.9 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda ou renúncia de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, por quantas vezes for necessário até o cumprimento integral das obrigações garantidas pela Fiança.

6.8.10 As obrigações dos Fiadores aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões da Emissora, do Agente Fiduciário, dos Debenturistas e/ou de terceiros, incluindo, mas não se limitando, relacionados a: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

6.9 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago integralmente na Data de Vencimento, sem prejuízo das demais disposições desta Escritura de Emissão, em especial no que diz respeito ao Cronograma Alternativo.

6.10 *Remuneração.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. Sobre o Valor Nominal Unitário (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) das Debêntures incidirão juros remuneratórios equivalente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (www.cetip.com.br) (“Taxa DI”), acrescida do *Spread*, equivalente a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, de acordo com o *Rating* das Debêntures, conforme tabela a seguir (“Remuneração”):

RATING DAS DEBÊNTURES	SPREAD APLICÁVEL
brA+ a brAAA	3,10%
brA- a brA	3,25%
brBBB+	3,50%
brBBB	3,75%

6.10.1 A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (Fator\ de\ Juros - 1), \text{ onde:}$$

J: valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros: Fator de Juros calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

FatorDI: produtório das Taxas DI-Over com uso de percentual aplicado da data de início do Período de Capitalização (inclusive), até a data do seu efetivo pagamento (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k), \text{ onde:}$$

n: número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n;

TDI_k : Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1, \text{ onde:}$$

DI_k : Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[(spread + 1)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

, onde:

Spread: sobretaxa percentual informada com 4 (quatro) casas decimais, variável de acordo com o Rating das Debêntures;

DP: número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

6.10.1.1 Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais,

aplicando-se o próximo fator diário e assim por diante até o último considerado;

- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (v) O fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;
- (vi) Para os fins desta Escritura de Emissão, "Rating" significa a classificação de risco na modalidade *rating* ou *credit assessment* atribuída às Debêntures pela Standard & Poor's Rating Services ("Agência de Rating"), em escala nacional, observado que, sempre que a Agência de *Rating* divulgar e encaminhar ao Agente Fiduciário as classificações de risco em letras maiúsculas (brA+ e brBBB, por exemplo), tal classificação será interpretada como da modalidade *rating*, e sempre que a Agência de *Rating* divulgar classificações de risco em letras minúsculas (bra+ e brbbb, por exemplo), tal classificação será interpretada como da modalidade *credit assessment*;
- (vii) Na hipótese de eventual diferença entre classificação de risco na modalidade *rating* ou *credit assessment* atribuída às Debêntures pela Agência de *Rating*, será sempre considerada, para fins desta Escritura de Emissão, a classificação mais recente;
- (viii) O *Rating* das Debêntures deverá ser feito pela Agência de *Rating*;
- (ix) O *Spread* aplicável à Remuneração a partir da Data de Emissão, inclusive, será de 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) ("Spread Inicial"), tendo em vista o *Rating* das Debêntures vigente nesta data;
- (x) Na hipótese de o *Rating* das Debêntures vir a ser rebaixado pela Agência de *Rating*, a qualquer tempo, a Remuneração passará a ser referenciada pelo *Spread* aplicável, de acordo com a tabela constante da cláusula 6.10 acima, a partir do primeiro Período de Capitalização seguinte àquele em que o rebaixamento ocorreu, exceto para rebaixamentos a níveis inferiores a brBBB, conforme descrito no item (xi) abaixo;
- (xi) Na hipótese de o *Rating* das Debêntures vir a ser rebaixado, a qualquer tempo, pela Agência de *Rating* para classificação inferior a brBBB, a Remuneração passará a ser referenciada pelo *Spread* aplicável ao *Rating* brBBB acrescido de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para cada classificação (*notch*) inferior a brBBB, a partir do primeiro Período de Capitalização seguinte àquele em que o rebaixamento ocorreu;
- (xii) Na hipótese de o *Rating* das Debêntures vir a ser aumentado para classificação superior a brBBB+ pela Agência de *Rating* dentro do período de 18 (dezoito) meses contados da Data de Emissão ("Prazo de Não Redução do Spread Inicial"), a Remuneração (a) continuará a ser referenciada pelo *Spread* Inicial, até o término do Prazo de Não Redução

do *Spread* Inicial; e (b) passará a ser referenciada pelo *Spread* aplicável, de acordo com a tabela constante da cláusula 6.10 acima, a partir do primeiro Período de Capitalização imediatamente subsequente ao término do Prazo de Não Redução do *Spread* Inicial;

- (xiii) Na hipótese de, dentro do Prazo de Não Redução do *Spread* Inicial, o *Rating* das Debêntures vir a ser rebaixado pela Agência de *Rating* uma ou mais vezes, conforme previsto no item (xi) acima, e posteriormente vir a ser aumentado pela Agência de *Rating* para classificação igual ou inferior ao *Rating* brBBB+, a Remuneração passará a ser referenciada: (a) pelo *Spread* aplicável, de acordo com a tabela constante da cláusula 6.10 acima, no caso do *Rating* ser igual a brBBB+ ou brBBB; ou (b) pelo *Spread* aplicável ao *Rating* brBBB acrescido de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) para cada classificação (*notch*) inferior a brBBB, no caso do *Rating* ser inferior a brBBB; nos dois casos, dos itens (a) e (b), aplicável a partir do primeiro Período de Capitalização imediatamente subsequente àquele em que o aumento ocorreu; e
- (xiv) Na hipótese de o *Rating* das Debêntures vir a ser aumentado pela Agência de *Rating*, a qualquer tempo fora do Prazo de Não Redução do *Spread* Inicial, a Remuneração passará a ser referenciada pelo *Spread* aplicável, de acordo com a tabela constante da cláusula 6.10 acima, a partir do primeiro Período de Capitalização seguinte àquele em que o aumento ocorreu;
- (xv) Na ocorrência de alteração do *Rating* das Debêntures que afete o *Spread* aplicável à Remuneração, a Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário imediatamente, por escrito, a fim de cientificá-lo do novo *Rating* aplicável, devendo, ainda, comunicar o novo *Spread* à CETIP no mínimo 2 (dois) Dias Úteis antes do início do próximo Período de Capitalização. Caberá ao Agente Fiduciário comunicar os Debenturistas acerca da alteração do *Rating* das Debêntures em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal evento;

6.10.2 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização (exclusive), e termina na Data de Pagamento da Remuneração do respectivo período (inclusive) ("Período de Capitalização").

6.10.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

6.10.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou

judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI tenha sido extinta, limitada ou não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

6.10.5 Na hipótese prevista na cláusula 6.10.4 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

(i) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do montante equivalente ao somatório das seguintes quantias ("Saldo de Resgate das Debêntures"):

- (a) do saldo da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (exclusive), conforme o caso, até a data do resgate; e
- (b) do saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração que seria devida pela Emissora caso tal pagamento em razão do resgate das Debêntures não ocorresse, conforme estimado pelo Agente Fiduciário, entre a data do resgate e a Data de Vencimento (considerando-se as Datas de Pagamento da Remuneração originais), trazidos a valor presente na data do resgate tendo por base a taxa de desconto equivalente a 100% (cem por cento) da última Taxa DI disponível;

ou

(ii) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em Circulação, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada pelo Saldo de Resgate das Debêntures. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em Circulação, para fins do cálculo do Saldo de Resgate das Debêntures, será aplicada nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas, de forma razoável e segundo padrões de mercado (e não inferior à última Taxa DI disponível), e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a cláusula 6.10.4 acima, ainda que não tenha sido aceita pela Emissora.



6.11 *Pagamento da Remuneração.* A Remuneração será devida desde a Data de Emissão e será paga trimestralmente (ou em período superior ou inferior, com relação ao primeiro e último Período de Capitalização, conforme o caso), todo dia 14 (ou no Dia Útil imediatamente subsequente), exceto com relação à última parcela, que será devida na Data de Vencimento (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), conforme tabela abaixo:

PARCELA	DATA DE PAGAMENTO
1ª	14 de fevereiro de 2014
2ª	14 de maio de 2014
3ª	14 de agosto de 2014
4ª	14 de novembro de 2014
5ª	14 de fevereiro de 2015
6ª	14 de maio de 2015
7ª	14 de agosto de 2015
8ª	14 de novembro de 2015
9ª	14 de fevereiro de 2016
10ª	11 de abril de 2016

6.12 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.

6.13 *Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa.* As Debêntures não estarão sujeitas a resgate antecipado facultativo nem a amortização extraordinária facultativa pela Emissora.

6.14 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, conforme o disposto no artigo 55, parágrafo 3º e incisos I e II, da Lei das Sociedades por Ações (observado que os Debenturistas não têm qualquer obrigação de vender as Debêntures de sua titularidade): (a) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (b) por valor superior ao Valor Nominal Unitário (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

6.15 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, calculados diariamente desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2,0% (dois por cento) (“Encargos Moratórios”), além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

6.16 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no CETIP21 ou, ainda, por meio do Escriitador Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.


6.17 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

6.18 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade dos Debenturistas para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhes dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

6.19 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária, com exceção do Debenturista que seja fundo de investimento, o qual não precisará enviar qualquer documentação comprobatória de imunidade ou isenção tributária ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário ou à Emissora.

6.20 *Multa por Evento de Vencimento Antecipado e Descumprimento de Obrigação Não Pecuniária.* Ocorrendo (i) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão ou em quaisquer dos Contratos de Garantia Real; ou (ii) qualquer Evento de Vencimento Antecipado, independentemente da declaração do vencimento antecipado ou não das Debêntures pelo Agente Fiduciário, conforme disposto nesta Escritura de Emissão, a Emissora ficará sujeita a multa não compensatória de 2,0% (dois por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures em Circulação ("Multa por Descumprimento e Evento de Vencimento Antecipado"), a qual deverá ser paga pela Emissora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da notificação do Agente Fiduciário nesse sentido em relação a cada ocorrência de inadimplemento não pecuniário e a cada ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado conforme aqui previsto, ressalvado o disposto abaixo.

6.20.1 Efetuado o pagamento da Multa por Descumprimento e Evento de Vencimento Antecipado em razão da ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, caso as Debêntures venham a ser declaradas antecipadamente vencidas por conta do mesmo Evento de Vencimento Antecipado, o valor efetivamente pago pela Emissora a título da referida multa será abatido do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures devido pela Emissora.

6.21 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas cláusulas 6.21.1 a 6.21.7 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures (e, ainda, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na cláusula 6.21.5 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"): 



- I. inadimplemento, por parte da Emissora, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração, de quaisquer valores devidos sob o Cronograma Alternativo e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- II. descumprimento, pela Emissora, por qualquer dos Fiadores e/ou por qualquer dos Garantidores, conforme aplicável, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, nos Contratos de Garantia Real ou demais documentos relacionados às Debêntures, que não seja regularizada (i) no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que for enviado à Emissora diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas, individualmente ou em conjunto; ou (ii) no prazo de cura específico à obrigação não pecuniária descumprida, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, no respectivo Contrato de Garantia Real e/ou no respectivo documento relacionado às Debêntures, conforme aplicável;
- III. ocorrência de eventos que, com mero decurso de prazo, possam levar à ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado ou potencial declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou de outras dívidas da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores com valor, individual ou global, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
- IV. qualquer decisão ou sentença arbitral condenando ou determinando o pagamento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores de valor, individual ou global, igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que tal decisão ou sentença arbitral não tenha sido suspensa ou revertida no prazo de até 20 (vinte) dias;
- V. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores sejam responsáveis, ainda que na condição de garantidores, e cujo valor, individual ou global, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias contados do referido protesto, for validamente comprovado pela Emissora e/ou pelo respectivo Fiador, conforme o caso, que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (c) foi apresentada defesa tempestivamente e foram prestadas as devidas garantias em juízo, observadas as restrições contidas nesta Escritura de Emissão;
- VI. execução contra a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se, em qualquer dos casos, (i) forem apresentadas garantias suficientes para garantir o pagamento em juízo, no prazo legal, e que não sejam vedadas nesta Escritura de Emissão; ou (ii) o título ou execução esteja sendo contestado por procedimento devidamente instaurado e diligentemente conduzido e, em qualquer caso, a sua execução ou garantias prestadas não recaia sobre bens ou direitos da Emissora e/ou dos Fiadores que constituam Gravames não permitidos nesta Escritura de Emissão;
- VII. decisão(ões) judicial(is) ou administrativa(s) determinando o pagamento de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer dos Fiadores, ou condenando a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores a pagamentos cujo valor, em conjunto ou isoladamente, seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que tal decisão não tenha sido suspensa por qualquer ação ou recurso judicial da Emissora e/ou do

respectivo Fiador, conforme o caso, perante o juízo que determinou a condenação ou execução do título ou tribunal superior a este, e tal recurso tenha sido protocolado junto ao órgão competente dentro do prazo de até 20 (vinte) dias ou menor prazo previsto em lei;

- VIII. (a) dissolução, extinção, requerimento de autofalência ou da própria insolvência, decretação de falência, pedido de recuperação judicial ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, ou adoção de qualquer medida para recuperação extrajudicial e/ou liquidação da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores; ou (b) pedido de falência ou insolvência, ou procedimento similar, conforme legislação aplicável, contra a Emissora e/ou contra qualquer dos Fiadores não elidido no prazo legal;
- IX. cisão, fusão ou incorporação (inclusive de ações) da Emissora e/ou de qualquer dos Fiadores que resulte ou possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante;
- X. transferência, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures;
- XI. pagamento pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros, ressalvado apenas os pagamentos, se aplicáveis, do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, desde que (a) não superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma ali prevista; e (b) não esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado ou potencial Evento de Vencimento Antecipado;
- XII. alienação, desapropriação, confisco ou qualquer outra forma de disposição, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de ativos permanentes, incluindo participações, direta ou indiretamente detidas por estas no capital social de suas controladas cujo valor, individual ou global, até a quitação das Debêntures, seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou que possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- XIII. se, durante a vigência desta Escritura de Emissão (a) a Emissora e/ou qualquer dos Garantidores dispuserem, transferirem, cederem ou alienarem (ainda que em caráter fiduciário), empenharem ou constituírem qualquer outro ônus ou Gravame sobre os bens e direitos objeto das Garantias Reais ou qualquer outra forma de disposição, ou (b) ocorra desapropriação ou confisco das Garantias Reais;
- XIV. caso a Fiança, por qualquer motivo, venha a deixar de ser válida ou deixe de ser oponível em relação a qualquer dos Fiadores, ou, ainda caso a Emissora, qualquer dos Fiadores ou quaisquer terceiros tentem praticar ou interpor, ou pratiquem ou interponham, quaisquer atos ou medidas, judiciais ou extrajudiciais, que objetivem anular, questionar, revisar, cancelar, repudiar, suspender ou invalidar a Fiança e/ou quaisquer das obrigações de qualquer dos Fiadores nos termos da Fiança;
- XV. descumprimento de quaisquer dos Índices de Cobertura, desde que tal descumprimento não seja regularizado no prazo aplicável para tanto conforme previsto nesta Escritura de Emissão;



- XVI. caso ocorra qualquer dos eventos de vencimento, antecipado listados nos Contratos de Garantia Real, independentemente da declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário;
- XVII. se, durante a vigência desta Escritura de Emissão, for constituída ou prestada pela Emissora, por qualquer dos Fiadores e/ou por qualquer dos Garantidores qualquer garantia (real ou fidejussória), *security interest*, cessão ou alienação fiduciária, penhora, arrolamento, arresto, sequestro, penhor, hipoteca, usufruto, arrendamento, vinculação de bens, concessão de privilégio ou preferência ou qualquer outro ônus real, gravame ou direito real de garantia ("Gravames") sobre quaisquer de seus respectivos bens ou direitos, exceto: (a) Gravames constituídos em operações comerciais (mas não em operações financeiras) no curso ordinário dos negócios da Emissora, do respectivo Fiador e/ou do respectivo Garantidor, conforme o caso; (b) Gravames decorrentes de arresto, penhora, sequestro ou qualquer outra forma de constrição decorrente de decisões administrativas, judiciais ou arbitrais ou garantia necessária para permitir a apresentação de defesa pela Emissora, pelo respectivo Fiador e/ou pelo respectivo Garantidor, conforme o caso, desde que não recaiam sobre os bens e direitos onerados por meio dos Contratos de Garantia Real, e que sejam limitados a bens em valor total igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora, do respectivo Fiador e/ou do respectivo Garantidor, conforme o caso; (c) Gravames em qualquer operação ou série de operações relativas a Dívidas contraídas pela Emissora, pelo respectivo Fiador e/ou pelo respectivo Garantidor, conforme o caso, operação(ões) esta(s) que represente(m), isoladamente ou em conjunto, até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), e/ou cujos ativos dados em garantia para fins de constituição dos Gravames apresentem, isoladamente ou em conjunto, o valor de mercado total inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (d) Gravames constituídos em operações financeiras contratadas pela Emissora, pelo respectivo Fiador e/ou pelo respectivo Garantidor, conforme o caso, no âmbito do Finame - Financiamento de Máquinas e Equipamentos (BNDES), independentemente do valor; (e) Gravames constituídos em operações financeiras contratadas pela Emissora, pelo respectivo Fiador e/ou pelo respectivo Garantidor, conforme o caso, cujos recursos sejam mantidos em depósito em qualquer das Contas Vinculadas; e/ou (f) Gravames em benefício das Debêntures;
- XVIII. ocorrência de eventos ou situações que impossibilitem o exercício, pelos Debenturistas, de seus direitos e garantias decorrentes desta Escritura de Emissão, incluindo, mas sem limitações, a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, desde que, sendo passível de remediação, tal evento ou situação não deixe de surtir efeitos dentro do prazo de 10 (dez) dias após sua ocorrência ou verificação e após sua respectiva notificação pelo Agente Fiduciário à Emissora;
- XIX. não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei para a Emissora, para qualquer dos Fiadores e/ou para qualquer dos Garantidores, e cuja não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão resulte ou possa resultar em uma Mudança Adversa Relevante, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados de tal não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora, o respectivo Fiador e/ou o respectivo Garantidor, conforme o caso, comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora, do

respectivo Fiador e/ou do respectivo Garantidor, conforme o caso, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença;

- XX. não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão da concessão de qualquer das Sociedades do Grupo Borgato para venda de máquinas e/ou equipamentos da marca "Valtra";
- XXI. qualquer declaração prestada nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia Real ou demais documentos relacionados às Debêntures seja inverídica, incorreta ou imprecisa em qualquer aspecto relevante;
- XXII. transformação da Emissora em outra forma societária, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXIII. alteração ou modificação do objeto social da Emissora, exceto quando referida alteração não resultar em mudança da atividade principal atualmente praticada pela Emissora e/ou do ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora, conforme indicado nesta Escritura de Emissão;
- XXIV. redução do capital social da Emissora, dos Fiadores e/ou de qualquer dos Garantidores com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, sem a prévia e expressa autorização de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação;
- XXV. ocorrência de uma Mudança do Quadro Societário;
- XXVI. caso a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores constitua qualquer sociedade ou passar a deter participação, direta ou indiretamente, em qualquer sociedade, sem que tal sociedade formalize sua condição de avalista, fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão (até o limite da participação, direta ou indireta, da Emissora e/ou dos Fiadores na nova sociedade), passando a mesma a integrar a definição de "Fiadores" aqui prevista;
- XXVII. falecimento, interdição, prisão, incapacidade, insolvência, evento equivalente ou procedimento similar com relação a qualquer Fiador, quando se tratar de pessoa natural, sem que o referido Fiador seja substituído por fiador idôneo aceitável pelos Debenturistas titulares de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do envio de solicitação escrita pelo Agente Fiduciário;
- XXVIII. não manutenção, pela Emissora e pelas demais Sociedades do Grupo Borgato, de seus registros contábeis de forma precisa e completa (sendo certo que, com relação às demais Sociedades do Grupo Borgato, os registros contábeis deverão ser reportados de forma consolidada) e sujeitos a auditoria por uma das seguintes empresas de auditoria: PriceWaterhouseCoopers, KPMG Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ou Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes ("Auditores Independentes"), ou ainda, caso os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos Auditores Independentes apresentem ressalvas ou parágrafos de ênfase (exceto caso o conteúdo de tais ressalvas ou parágrafos de ênfase seja

substancialmente equivalente às ressalvas e/ou parágrafos de ênfase constantes dos pareceres dos Auditores Independentes relativos às demonstrações financeiras das Sociedades do Grupo Borgato referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012);

- XXIX. declaração de vencimento antecipado de Dívidas da Emissora e/ou de quaisquer dos Fiadores;
- XXX. inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não pecuniária, em Dívidas da Emissora e/ou de quaisquer dos Fiadores que representem, individualmente ou de forma conjunta, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido da Emissora e/ou do respectivo Fiador, conforme o caso;
- XXXI. inadimplemento de qualquer obrigação, pecuniária ou não pecuniária, ou declaração de vencimento antecipado, de qualquer instrumento firmado pela Emissora e/ou por quaisquer dos Fiadores com o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ou qualquer sociedade pertencente ao seu grupo econômico, independentemente do valor envolvido;
- XXXII. não observância, pelas Sociedades do Grupo Borgato, de forma consolidada, dos seguintes limites e índices financeiros, apurados e calculados pelos auditores independentes das Sociedades do Grupo Borgato nos trimestres em que existam demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes, e calculados pela Emissora nos trimestres em que não existam demonstrações financeiras auditadas por auditores independentes, ao término de cada trimestre do exercício social das Sociedades do Grupo Borgato, a partir do trimestre findo em 31 de dezembro de 2013 (inclusive), com base nas Demonstrações Anuais e Demonstrações Trimestrais das Sociedades do Grupo Borgato e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Índices Financeiros"):
- (a) a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a 3,00;
 - (b) a razão entre a Dívida Líquida e o EBIT dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a 4,00;
 - (c) a razão entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida no mesmo período não poderá ser inferior a 4,50;
 - (d) a razão entre a Dívida Líquida e o Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 2,50;
 - (e) a razão entre a Dívida Líquida e o Valor Contábil dos Ativos para Locação:
 - (e.1) com relação ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2013, não poderá ser superior a 100,0%;
 - (e.2) com relação aos trimestres encerrados em 31 de março de 2014, 2015 e 2016, não poderá ser superior a 95,0%;

(e.3) com relação aos trimestres encerrados em 30 de junho de 2014 e 2015, não poderá ser superior a 100,0%; e

(e.4) com relação aos trimestres encerrados em 30 de setembro e 31 de dezembro de 2014 e 2015, não poderá ser superior a 90,0%;

Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos terão os seguintes significados:

“Caixa e Aplicações Financeiras” significa caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, deduzido de quaisquer saldos em caixa ou aplicações financeiras que estejam onerados ou segregados em favor de terceiros (“Caixa Onerado”);

“Despesa Financeira Líquida” significa (i) o somatório das despesas financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo, mas não se limitando a, despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, e tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, descontado de (ii) o somatório de receitas financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, incluindo receitas de aplicações financeiras e excluindo as receitas financeiras oriundas de contratos de mútuos com partes relacionadas. Fica desde já estabelecido que deverá ser considerado no cálculo da Despesa Financeira Líquida o resultado, positivo ou negativo, da marcação a mercado de contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos. Ficam excluídos os valores referentes às variações cambiais ativas e passivas decorrentes de transações de longo prazo sem efeito caixa e de eventuais contratos de *hedge* relacionados a tais operações;

“Dívida” significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a quaisquer pessoas físicas, jurídicas e/ou entidades governamentais, incluindo, mas não limitado a, arrendamentos mercantis, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, dívidas tributárias, avais, fianças e garantias fidejussórias prestadas, valores a pagar a acionistas incluindo, mas não se limitando a mútuos e dividendos declarados e não pagos, saldos a pagar líquidos de saldos a receber decorrentes de derivativos, incluindo contratos de *hedge* e/ou quaisquer outros contratos de derivativos, bem como operações de securitização de direitos creditórios conforme registradas no balanço de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

“Dívida Líquida” significa o montante de Dívida deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras;

“EBIT” significa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em bases consolidadas, o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, e (ii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras;

“EBIT dos Últimos 12 Meses” significa o somatório dos EBITs consolidados dos quatro últimos trimestres-calendário, encerrando-se na data de apuração;

"EBITDA" significa, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e em bases consolidadas, o somatório: (i) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, outros tributos, contribuições e participações minoritárias, (ii) das despesas de depreciação e amortização, e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras;

"EBITDA dos Últimos 12 Meses" significa o somatório dos EBITDAs consolidados dos quatro últimos trimestres-calendário, encerrando-se na data de apuração;

"Mudança Adversa Relevante" significa um efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora, de qualquer dos Fiadores e/ou de qualquer de suas controladas (individualmente consideradas), ou da Emissora, Fiadores e respectivas controladas em (consideradas em conjunto);

"Mudança do Quadro Societário" significa uma alteração no quadro societário da Emissora ou de qualquer das demais Sociedades do Grupo Borgato em que um ou mais terceiros que não estejam incluídos entre os atuais Acionistas Controladores passem a ser detentores de participações diretas ou indiretas no capital social da Emissora ou de qualquer das demais Sociedades do Grupo Borgato, independentemente do percentual da referida participação direta ou indireta, exceto no caso em que a aquisição da participação direta ou indireta dos terceiros seja resultante de sucessão decorrente do falecimento de qualquer das pessoas naturais que atualmente detêm o poder de controle da Emissora ou de qualquer das demais Sociedades do Grupo Borgato. As Partes concordam, ainda, que eventuais vendas, cessões ou transferências, por qualquer meio, de participações diretas ou indiretas no capital social da Emissora ou de qualquer das demais Sociedades do Grupo Borgato realizadas apenas entre os Acionistas Controladores e que não alterem o controle da Emissora não caracterizarão Mudança do Quadro Societário.

"Patrimônio Líquido" significa o montante de tal rubrica deduzido do valor contábil dos ativos intangíveis, ambos apurados em bases consolidadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos demonstrativos financeiros consolidados das Sociedades do Grupo Borgato.

"Valor Contábil dos Ativos para Locação" significa a soma do valor contábil, ou seja, custo menos depreciação acumulada, dos itens (a) tratores para locação, (b) colhedoras para locação, (c) caminhões para locação, (d) implementos agrícolas para locação, (e) outras máquinas e equipamentos agrícolas destinados a locação.

6.21.1 Para fins do disposto acima, fica desde já acordado que os Índices Financeiros serão acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas Demonstrações Anuais e nas Demonstrações Trimestrais das Sociedades do Grupo Borgato.

6.21.2 Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (a) na hipótese do evento previsto no inciso VIII da cláusula 6.21 acima, será a data em que ocorrer o referido Evento de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse

sentido, devendo o Agente Fiduciário, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado e exigir o imediato pagamento do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento; ou (b) na ocorrência dos demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos demais incisos da cláusula 6.21 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a cláusula 6.21.3 abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

- 6.21.3 Na hipótese de ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado não automáticos, o Agente Fiduciário deverá, em até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado ou do fim do período de cura, conforme o caso, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação de Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 1 (um) Dia Útil antes da data da realização da referida Assembleia.
- 6.21.4 No caso dos Eventos de Vencimento Antecipado não automáticos, após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas que representem, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação tenham optado por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese de Evento de Vencimento Antecipado automático, seus efeitos poderão ser sustados somente mediante decisão de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 6.21.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto no inciso I da cláusula 6.21 acima, caso em que os Encargos Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento aqui referido seja realizado por meio da CETIP, a CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.
- 6.21.6 As Debêntures objeto do procedimento descrito na cláusula 6.21.5 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.
- 6.21.7 Não obstante o previsto nas cláusulas acima, em caso de declaração de vencimento antecipado, o valor devido pela Emissora será o montante equivalente ao somatório das seguintes quantias ("Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures"):

(a) do saldo da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (exclusive), conforme o caso, até a data do Data de Vencimento Antecipado; e

(b) o saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração que seria devido pela Emissora caso tal pagamento em razão do vencimento antecipado das Debêntures não ocorresse, conforme estimado pelo Agente Fiduciário, entre a Data de Vencimento Antecipado e a Data de Vencimento (considerando-se as Datas de Pagamento da Remuneração originais), trazidos a valor presente na Data de Vencimento Antecipado tendo por base uma taxa de desconto equivalente a 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros (CDI extra-grupo) negociadas no âmbito da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para prazos equivalentes aos prazos de cada Data de Pagamento da Remuneração (sendo certo que para os pagamentos que ocorram em datas em que não haja vencimento de “DI” correspondente, o referido cálculo será efetuado a partir da interpolação de taxas DI futuras), conforme cálculo efetuado pelo Agente Fiduciário, o qual, salvo manifesto erro devidamente comprovado pela Emissora, será vinculante e definitivo.

6.22 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” (“Aviso aos Debenturistas”) no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “O Diário de Ribeirão Preto”, os quais são utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, e divulgados no website da Emissora (www.borgato.com.br). Caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas informando o novo jornal de publicação.

6.23 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora:

COMERCIAL BORGATO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.

Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, km 1,8 s/nº, Chácara Borgato, Zona Rural
14640-000 – Caixa Postal 39 – Morro Agudo, SP

At.: Caio de C Borgato / Vitor Varela

Telefone: (55 16) 3851 1088

Fac-símile: (55 16) 3851 1088

Correio Eletrônico: caio@borgato.com.br / vitor.varela@borgato.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13-C, grupo 205

22640-100 – Rio de Janeiro, RJ

At.: Gustavo Dezouart



Telefone: (55 21) 3514-0000
Fac-símile: (55 21) 3514-0099
Correio Eletrônico: gustavo.dezouzart@oliveiratrust.com.br /
ger1.agente@oliveiratrust.com.br

III. para o Banco Liquidante e Escriturador Mandatário:
BANCO BRADESCO S.A.
Cidade de Deus, s/nº, Prédio Amarelo, 2º Andar
06029-900 – Osasco, SP
At.: José Donizetti de Oliveira / João Batista de Souza
Telefone: (55 11) 3684-3749 / (55 11) 3684-7911
Fac-símile: (55 11) 3684-2714
Correio Eletrônico: 4001.donizetti@bradesco.com.br /
4001.jbsouza@bradesco.com.br

IV. para a CETIP:
CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663/ 1º andar
01452-001, São Paulo – SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

V. para os Fiadores (conforme aplicável):
BORGATO COMÉRCIO DE MÁQUINAS S.A.
Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, km 1,8 s/nº, Chácara Borgato, Zona Rural
14640-000 – Caixa Postal 39 – Morro Agudo, SP
At.: Caio de C Borgato / Vitor Varela
Telefone: (55 16) 3851 1088
Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: caio@borgato.com.br / vitor.varela@borgato.com.br

BORGATO SERVIÇOS AGRÍCOLAS S.A.
Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, km 1,8 s/nº, Chácara Borgato, Zona Rural
14640-000 – Caixa Postal 39 – Morro Agudo, SP
At.: Caio de C Borgato / Vitor Varela
Telefone: (55 16) 3851 1088
Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: caio@borgato.com.br / vitor.varela@borgato.com.br

BORGATO ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.
Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, km 1,8 s/nº, Chácara Borgato, Zona Rural
14640-000 – Caixa Postal 39 – Morro Agudo, SP
At.: Caio de C Borgato / Vitor Varela
Telefone: (55 16) 3851 1088

Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: caio@borgato.com.br / vitor.varela@borgato.com.br

EBC COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, km 1,8 s/nº, Chácara Borgato, Zona Rural
14640-000 – Caixa Postal 39 – Morro Agudo, SP
At.: Caio de C Borgato / Vitor Varela
Telefone: (55 16) 3851 1088
Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: caio@borgato.com.br / vitor.varela@borgato.com.br

BORGATO CAMINHÕES S.A.

Rodovia Genoveva Lima de Carvalho Dias, km 1,8 s/nº, Chácara Borgato, Zona Rural
14640-000 – Caixa Postal 39 – Morro Agudo, SP
At.: Caio de C Borgato / Vitor Varela
Telefone: (55 16) 3851 1088
Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: caio@borgato.com.br / vitor.varela@borgato.com.br

ELIDIO BORGATO

Rua Coronel Luiz da Silva Batista, nº 905, CA, apto. 261 – Jardim Irajá
14020-570 – Ribeirão Preto, SP
Telefone: (55 16) 3851 1088
Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: elidio@borgato.com.br


CAIO DE CAMARGO BORGATO

Rua Rodovia SP 322/333, km 12 – Anel Viário Contorno Sul – CD dos Buritis, nº 501
14022-060 – Ribeirão Preto, SP
Telefone: (55 16) 3851 1088
Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: caio@borgato.com.br

MARIA LUCIA DE CAMARGO BORGATO

Rua Coronel Luiz da Silva Batista, nº 905, CA, apto. 261 – Jardim Irajá
14020-570 – Ribeirão Preto, SP
Telefone: (55 16) 3851 1088
Fac-símile: (55 16) 3851 1088
Correio Eletrônico: elidio@borgato.com.br

- 6.23.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde



que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente).

- 6.23.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência. Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do aqui disposto serão arcados pela Parte inadimplente.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

7.1 Reserva de Amortização (Sinking Fund). A Emissora compromete-se, a partir do 4º (quarto) mês, inclusive, anterior à Data de Vencimento, a constituir e depositar, mensalmente, na Conta Vinculada da Emissora, uma reserva de amortização, de forma linear, de modo a atingir 40% (quarenta por cento) do saldo devedor das Debêntures na Data de Vencimento, nos termos a serem previstos no respectivo Contrato de Garantia Real.

7.2 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. contratar a Agência de *Rating* para atribuir classificação de risco na modalidade *rating* ou *credit assessment* às Debêntures, em escala nacional, obrigando-se a: (i) manter a Agência de *Rating* contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures para que esta mantenha atualizada a classificação de risco (*rating* ou *credit assessment*) que venha a ser atribuída às Debêntures, (ii) prestar todas as informações e documentos solicitados pela Agência de *Rating*, (iii) informar ao Agente Fiduciário qualquer alteração no *Rating* das Debêntures; e (iv) permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula de classificação de risco (*rating* ou *credit assessment*) das Debêntures e suas respectivas atualizações para os Debenturistas e o Agente Fiduciário ("Relatório de Rating"), observado que (x) a Agência de *Rating* deverá emitir os Relatórios de *Rating*, no mínimo, semestralmente, ou em períodos inferiores (se assim solicitado pelos Debenturistas), e (y) os valores devidos à Agência de *Rating* para os fins aqui previstos deverão ser pagos pela Emissora;
- II. fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) no prazo de até 4 (quatro) meses contados da data de término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e das demais Sociedades do Grupo Borgato auditadas por um dos Auditores Independentes, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor ("Demonstrações Anuais");



- (b) juntamente com as Demonstrações Anuais, declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, especialmente com relação aos Índices Financeiros e detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento, juntamente com memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, bem como relatório detalhado das operações de dívida realizadas pela Emissora no trimestre contendo seu prazo de vencimento, valor, taxa e garantias reais e fidejussórias, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários;
- (c) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis após o que ocorrer primeiro entre 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de término de cada trimestre de seu exercício social (exceto pelo último trimestre de seu exercício social) e a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e das demais Sociedades do Grupo Borgato relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor e (i) acompanhadas de relatório gerencial preparado pela Emissora (para os trimestres que tenham se encerrado antes de junho de 2014), ou (ii) revisadas por um dos Auditores Independentes (para os trimestres que tenham se encerrado em junho de 2014 ou em data posterior) ("Demonstrações Trimestrais");
- (d) juntamente com suas Demonstrações Anuais ou Demonstrações Trimestrais, conforme o caso, relatório contendo a descrição dos instrumentos derivativos da Emissora, das demais Sociedades do Grupo Borgato e de suas respectivas controladas, conforme aplicável, o qual deverá incluir as cópias completas de todos os contratos de operações de derivativos e dos financiamentos associados a tais operações, bem como poderá incluir as informações complementares eventualmente solicitadas pelo Agente Fiduciário e as informações complementares eventualmente solicitadas pelo Agente Fiduciário;
- (e) juntamente com as Demonstrações Trimestrais, memória de cálculo compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final dos Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, bem como relatório detalhado das operações de dívida realizadas pela Emissora no trimestre contendo seu prazo de vencimento, valor, taxa e garantias reais e fidejussórias, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários;
- (f) até o dia 30 de abril de cada ano, cópia das declarações de Imposto de Renda dos Fiadores que sejam pessoas naturais;
- (g) todas e quaisquer informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;

- (h) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa verificar o cumprimento das obrigações nos termos da Escritura de Emissão, bem como quaisquer informações que, razoavelmente, venham a ser solicitadas pelo Agente Fiduciário com relação às operações financeiras contratadas pela Emissora ou com relação ao desempenho financeiro da Emissora, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados do recebimento da respectiva solicitação;
- (i) dentro de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação, qualquer Aviso aos Debenturistas;
- (j) fatos relevantes, assim como atas de reuniões de sócios, assembleias gerais e reuniões do conselho de administração ou da diretoria da Emissora ou demais Sociedades do Grupo Borgatto que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, ou, se ali não previstos, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (k) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer obrigações, cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo e na cláusula 6.21 desta Escritura de Emissão;
- (l) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário, nos prazos estabelecidos nesta Escritura de Emissão;
- (m) no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação, conforme aplicável, apresentado por si ou por terceiros contra a Emissora ou demais Sociedades do Grupo Borgatto e/ou qualquer de suas respectivas sociedades controladoras, controladas e/ou coligadas; e
- (n) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante ou Mudança do Quadro Societário, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado da data em que tomar conhecimento de cada evento ou situação;
- III. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- IV. conforme o caso, convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- V. informar, em até 1 (um) Dia Útil após sua ciência, ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;

- VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VIII. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*;
- IX. notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer deliberação ou intenção de deliberação dos acionistas da Emissora ou das demais Sociedades do Grupo Borgato relativa a pagamentos, pela Emissora ou por qualquer das demais Sociedades do Grupo Borgato, de dividendos (inclusive, mas não se limitando, os dividendos sobre ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório) ou participação nos lucros, juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas ou sócios, conforme o caso, em valor individual ou agregado no respectivo exercício social superior a R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) ("Pagamentos aos Acionistas"), sendo certo que referida notificação deverá ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para qualquer Pagamento aos Acionistas;
- X. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- XI. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário;
- XII. cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XIII. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante, o Agente Fiduciário, a Agência de *Rating* e sistema de negociação no mercado secundário;
- XIV. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário incorridas para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas e do Agente Fiduciário ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas ou ao Agente Fiduciário nos termos da Escritura de Emissão;
- XV. a exclusivo critério dos Debenturistas e na hipótese de a classificação de risco (*Rating*) das Debêntures emitida pela Agência de *Rating* vir a ser, a qualquer momento, igual ou inferior a brBB+ ("Rating Trigger"), ficará a Emissora sujeita a um cronograma alternativo de vencimento ("Cronograma Alternativo"): (a) a Emissora deverá realizar a amortização de: (i) 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação em até 60 (sessenta) dias contados da ocorrência do *Rating Trigger*; e (ii) o saldo remanescente das Debêntures em Circulação em até 90 (noventa) dias contados da ocorrência do *Rating Trigger*;

- (b) o valor devido nesta hipótese será equivalente, para cada pagamento, ao Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, calculado em conformidade com o disposto nesta Escritura de Emissão;
- (c) em qualquer caso, as datas de pagamento do Cronograma Alternativo não poderão ser posteriores à Data de Vencimento;
- (d) na hipótese de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado enquanto o Cronograma Alternativo estiver em vigor, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Saldo de Vencimento Antecipado das Debêntures, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento; e
- (e) a Emissora deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da ocorrência do *Rating Trigger*, tomar todas as medidas cabíveis perante a CETIP para viabilizar a implementação do Cronograma Alternativo.

XVI. não constituir quaisquer subsidiárias, nem passar a deter participação, direta ou indiretamente, inclusive por meio de pessoas físicas que sejam Fiadores, em qualquer sociedade, sem que tal sociedade formalize sua condição de avalista, fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão (até o limite da participação, direta ou indireta, da Emissora e/ou dos Fiadores na nova sociedade), passando a mesma a integrar a definição de "Fiadores" aqui prevista; e

XVII. manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável.

7.2.1. As disposições presentes nos incisos VIII, IX, XI e XVII da Cláusula 7.2 acima também deverão ser observadas pelas subsidiárias da Emissora e demais Sociedades do Grupo Borgato.

7.3 As despesas a que se refere o inciso XV da Cláusula 7.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- I. publicação de relatórios, avisos, editais e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- II. emissão de certidões;
- III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário;
- IV. despesas com *conference call* e contatos telefônicos; e
- V. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.4 O crédito do Agente Fiduciário ou Debenturistas por despesas incorridas para proteger direitos e interesses dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do inciso XV da Cláusula 7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

7.4.1 O ressarcimento das despesas previsto acima será efetuado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados a partir da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas, necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

7.5 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário ou os Debenturistas venham a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência. Todas as despesas constantes desta cláusula serão devidas pela Emissora e se beneficiarão das Garantias Reais e da Fiança previstas nesta Escritura de Emissão.

7.6 Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:

- I. preparar suas Demonstrações Anuais e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- II. submeter, na forma da lei, as Demonstrações Anuais a pelo menos um dos Auditores Independentes;
- III. divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP suas Demonstrações Anuais, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes, dentro de 4 (quatro) meses contados da data de encerramento de seu exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados no inciso III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;



VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Coordenador Líder responsável pela Oferta Restrita; e

VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

7.7 Adicionalmente ao disposto acima, a Emissora e os Fiadores se obrigam a, durante o prazo de vigência das Debêntures:

- I. informar ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- II. notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e/ou nos negócios da Emissora, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; e
- III. cumprir, e, no caso dos Fiadores, fazer com que a Emissora cumpra, em todos os aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual a Emissora realize negócios ou possua ativos.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;

- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificará, na Data de Emissão das Debêntures, a regularidade da constituição das Garantias Reais, conforme aplicável, e observará a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- IX. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- X. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir suas obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XI. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real e o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XII. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real constituem obrigações válidas e eficazes do Agente Fiduciário e exequíveis de acordo com os seus termos; e
- XIII. não atua, nesta data, como agente fiduciário em quaisquer outras emissões de debêntures da Emissora ou de sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, com base no organograma encaminhado pela Emissora, além da presente Emissão e da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora, com vencimento em 11 de abril de 2016, em que foram emitidas 30 (trinta) debêntures, no valor total de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) na respectiva data de emissão. As debêntures da 1ª emissão da Emissora são garantidas por fiança prestada por todos os Fiadores (exceto a Borgato Caminhões), bem como pelas seguintes garantias reais: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações e quotas, conforme aplicável, de emissão da Emissora e das demais Sociedades do Grupo Borgato (exceto a Borgato Caminhões); (ii) alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Emissora, da Borgato Máquinas e de E. Borgato e M.L. Borgato, com valor total de R\$ 7.526.200,00 (sete milhões quinhentos e vinte e seis mil e duzentos reais) na data de constituição da referida garantia; (iii) alienação fiduciária de determinados equipamentos, máquinas e/ou implementos de propriedade da Emissora e/ou da Borgato Máquinas e registrado nos respectivos ativos da Emissora e/ou da Borgato Máquinas, conforme aplicável, com valor total de R\$ 4.668.000,00 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e oito mil reais) na data de constituição da referida garantia; (iv) penhor de estoques de determinados equipamentos, máquinas, implementos e peças de reposição, novos e/ou seminovos, bem como lubrificantes e pneus, todos detidos pela Emissora e/ou pela Borgato Máquinas, com valor total de R\$ 9.705.386,48 (nove milhões setecentos e cinco mil trezentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos) na data de constituição da referida garantia; e (v) determinados direitos creditórios, principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Emissora, decorrentes da e/ou vinculados à conta vinculada de titularidade da Emissora mantida junto ao Banco

Custodiante, com valor total de R\$ 7.921,182,68 (sete milhões novecentos e vinte e um mil e cento e oitenta e dois reais e sessenta e oito centavos) em 11 de dezembro de 2013. Até a presente data, não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento.

8.2. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

8.3. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) Dias Úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

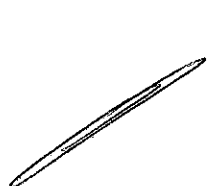
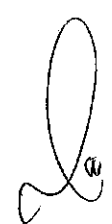


8.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.

8.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

8.7. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

8.8. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

   
38

8.9. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

8.10. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

8.11. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

8.12. Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) parcelas anuais de R\$12.000,00 (doze mil reais), sendo a primeira devida no 5º Dia Útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais a cada aniversário da data de pagamento da primeira parcela;
- (b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada;
- (c) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Data de Emissão, ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, serão devidas ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos, bem como à (i) execução das Garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, e (iv) celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, devendo tais valores ser pagos em até 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures, para fins deste item, os eventos relacionados à alteração (i) das Garantias, (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- (d) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;

- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês e multa de 2,0% (dois por cento), ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;
- (f) as parcelas citadas na alínea "a" serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento; e
- (g) a remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência. A remuneração constante desta cláusula será devida pela Emissora e compartilhará das Garantias Reais previstas nesta Escritura de Emissão.

II. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive as despesas pagáveis pela Emissora nos termos dos Contratos de Garantia Real, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios; e

III. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (i) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (ii) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles

Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.13. Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição das Garantias Reais, incluindo a verificação do registro dos Contratos de Garantia Real nos competentes cartórios, conforme aplicável; (ii) a validade e exequibilidade das Garantias Reais; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites eventualmente previstos nos instrumentos respectivos;
- IX. intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

- XII. convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.23 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações listadas abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se a enviar o organograma, todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório supracitado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para publicação do relatório conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. O referido organograma do grupo societário deverá conter, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora;
 - (i) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das Garantias Reais das Debêntures;

(j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e

(k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de debêntures emitidas; (iv) espécie; (v) prazo de vencimento das debêntures; (vi) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; (vii) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.

XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:

- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário; e
- (iii) na CVM.

XVI. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;

XVII. coordenar a amortização das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;

XVIII. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

XIX. verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de prestar as informações solicitadas pela Agência de *Rating* para atualização do relatório de classificação de risco (*Rating*) das Debêntures, nos termos do inciso I da Cláusula 7.1 acima;

XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos da ciência da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP; e



XXI. disponibilizar o valor unitário das Debêntures, calculado em conjunto com a Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou se seu *website*.

8.14. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- II. executar as Garantias Reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures;
- III. requerer a falência da Emissora;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.14.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I a IV acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas detentores das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso V acima, o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocada Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. ("Assembleia Geral de Debenturistas").

9.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

9.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Agente Fiduciário ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. Cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, mais de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em Circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.5.1. Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata a Cláusula 6.14.4 acima), (iii) no quórum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas, (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, e (v) de Eventos de Vencimento Antecipado automáticos, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação e, no caso de alteração de Evento de Vencimento Antecipado cuja não declaração dependa da aprovação dos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.5.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado não automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.21.3 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

9.6. Para os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas, coligadas ou pessoas controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de até terceiro grau ou outras partes relacionadas ("Debêntures em Circulação").

9.7. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.8. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

10.1 A Emissora neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- II. a Emissora tem capacidade jurídica e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real e a cumprir todas as respectivas obrigações neles previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;




EXCERTE

EXCERTE

- III. os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia Real, bem como as obrigações respectivamente previstas, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia Real, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) os documentos societários da Emissora; (ii) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora (exceto quanto aos instrumentos de financiamento contratados pela Emissora no âmbito do Finame - Financiamento de Máquinas e Equipamentos (BNDES), com relação aos quais está em fase de obtenção a anuência do BNDES e dos agentes financeiros repassadores de recursos para a constituição das Garantias Reais), nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelas Garantias Reais; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- VI. tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção não possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- VII. cumpre em todos seus aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social; e estão, assim como suas controladas, obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- VIII. as demonstrações financeiras individuais da Emissora e consolidadas das demais Sociedades do Grupo Borgato relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, de forma consolidada;



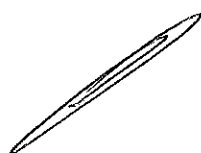
- IX. inexistência (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante;
- X. a Emissora cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos da Escritura de Emissão e do Contratos de Garantia Real, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4 acima;
- XI. as informações fornecidas pela Emissora aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XII. não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- XIII. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XIV. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses previstas na Cláusula 6.21.7, foi livremente decidida pela Emissora;
- XV. está familiarizada com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XVI. os administradores da Emissora têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVII. é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XVIII. decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, das instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou às instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;



- XIX. as obrigações de pagamento da Emissora nos termos da Escritura de Emissão ou dos Contratos de Garantia Real, conforme o caso, não são subordinadas a quaisquer créditos quirografários que venham a ser detidos por qualquer pessoa contra a Emissora, e serão tratadas, pelo menos, em igualdade de condições (*pari passu*) a quaisquer outros créditos com garantia real detidos contra a Emissora (com exceção dos que disponham de privilégios creditórios imperativamente conferidos exclusivamente por lei e não por ato da Emissora e créditos garantidos por outras garantias permitidas nesta Escritura de Emissão);
- XX. não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado; e
- XXI. exceto com relação a processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil, não possui quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que possam causar uma Mudança Adversa Relevante.

10.2 Cada um dos Fiadores neste ato declara que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, as informações abaixo são verdadeiras, corretas e consistentes:

- I. no caso das Sociedades do Grupo Borgato que prestam Fiança, é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- II. tem capacidade jurídica para celebrar esta Escritura de Emissão e cumprir todas as respectivas obrigações aqui previstas;
- III. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (i) os documentos societários dos Fiadores (no caso das Sociedades do Grupo Borgato que prestam Fiança); (ii) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios dos Fiadores (exceto quanto aos instrumentos de financiamento contratados por determinadas Sociedades do Grupo Borgato no âmbito do Finame – Financiamento de Máquinas e Equipamentos (BNDES), com relação aos quais está em fase de obtenção a anuência do BNDES e dos agentes financeiros repassadores de recursos para a constituição das Garantias Reais), nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem dos Fiadores (exceto pelas Garantias Reais, conforme aplicável); ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (iii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iv) qualquer ordem,



decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- V. no caso das Sociedades do Grupo Borgato que prestam Fiança, seus representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- VI. no caso das Sociedades do Grupo Borgato que prestam Fiança, suas demonstrações financeiras individuais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 representam corretamente sua posição financeira naquela data e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável, refletindo corretamente seus ativos, passivos e contingências, de forma consolidada;
- VII. inexistiu (i) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (ii) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, em seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante;
- VIII. não omitiu ou omitirá qualquer fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- IX. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses previstas na Cláusula 6.21.7 e Cláusula 6.14.1.1 (xv), foi livremente decidida pela Emissora;
- X. está familiarizado com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;
- XI. no caso das Sociedades do Grupo Borgato que prestam Fiança, excetuados os processos judiciais não provisionados em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil, não possui quaisquer passivos que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos ou contingências decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas ou que possam causar uma Mudança Adversa Relevante;
- XII. decidiu, por sua conta e risco, prestar a Fiança, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definirem o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes à Fiança, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário, das instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário e/ou às instituições coordenadoras da Oferta Restrita e intermediárias contratadas, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável à Fiança;

- XIII. as informações fornecidas pelo respectivo Titular aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- XIV. é pessoa sofisticada e tem o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XV. no caso dos Acionistas Controladores que prestam Fiança, tem ciência dos termos das Debêntures, está familiarizado com seus propósitos e objetivos e aprovou sua emissão, e, no caso das Sociedades do Grupo Borgato que prestam Fiança, seus administradores têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão; e
- XVI. não prestou declarações falsas, imprecisas ou incompletas aos Debenturistas e/ou ao Agente Fiduciário e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

11. RENÚNCIA

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

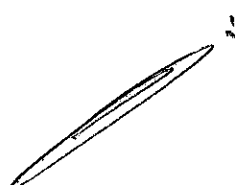
12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

12.1. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

13.1. Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as Partes, e deverá ser igualmente registrada na JUCESP.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS



14.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula 2 acima, e obriga as Partes por si e seus sucessores.

14.2. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.3. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. O Agente Fiduciário não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, cuja elaboração permanecerá como obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

14.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.



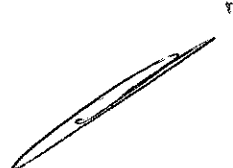
14.5. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

14.6. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

14.7. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.

15. LEI APLICÁVEL E FORO

15.1. Esta Escritura de Emissão será regida pelas leis do Brasil.



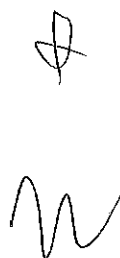
15.2. As Partes elegem o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, como competente para conhecer e dirimir eventuais dúvidas e litígios decorrentes da presente Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

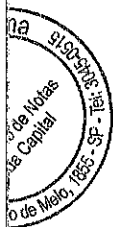
Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 11 de dezembro de 2013.

(As assinaturas seguem nas páginas seguintes)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco)





Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos e Colocação, a Comercial Borgato Máquinas e Implementos S.A. nº CSBRA20131200024 – Página de Assinaturas 1/4.

COMERCIAL BORGATO MÁQUINAS E IMPLEMENTOS S.A.

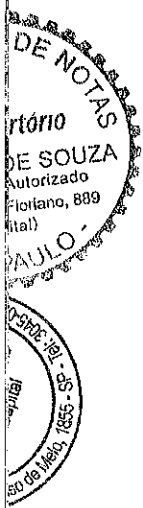


Nome:
Cargo:



Nome:
Cargo:





Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos e Colocação, a Comercial Borgato Máquinas e Implementos S.A. nº CSBRA20131200024 – Página de Assinaturas 2/4.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

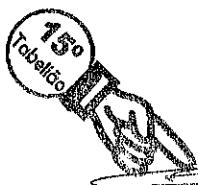
Nome: _____
Cargo: _____
13 DEZ 2013
20º Tabelião
visto
Marcelo Takeshi Yano de Andrade
Procurador

Nome: _____
Cargo: _____
20º Tabelião
visto
Sônia Regina Menezes
Procuradora

20 notário Jeremias
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone: 11 3078-1036
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião
Reconheço por semelhança as firmas de: (1) MARCELO TAKESHI YANO DE ANDRADE e
(1) SÔNIA REGINA MENEZES, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 13 de dezembro de 2013.
Em Teste _____ da verdade. Cód. [-1227633915410732407937-0019]
EDUARDO DE SOUZA - Escrevente Autorizado (Ata 2: total R\$ 13,00)
Selo(s): 2 Atos: 1077AA-497272
O Presente ato somente é válido com selo de Autenticidade.



Escritura Particular da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos e Colocação, a Comercial Borgato Máquinas e Implementos S.A. nº CSBRA20131200024 – Página de Assinaturas 3/4.



BORGATO COMÉRCIO DE MÁQUINAS S.A.
como Fiadora



Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:



BORGATO SERVIÇOS AGRÍCOLAS S.A.
como Fiadora

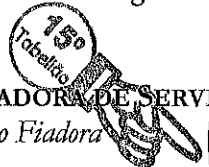
Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:



BORGATO ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.
como Fiadora

Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:



EBC COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.
como Fiadora

Nome:

Cargo:



Nome:

Cargo:



BORGATO CAMINHÕES S.A.
como Fiadora

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:

Handwritten marks: a star-like symbol and a large '2'.


20^o TABELÃO DE NOTAS
DE SOUZA
Autorizado
Florianópolis, 889
(Capital)
SÃO PAULO

20^o TABELÃO DE NOTAS
DE SOUZA
Autorizado
Florianópolis, 889
(Capital)
SÃO PAULO


Escritura Particular da Segunda Emissão, de Debênture Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos e Colocação, a Comercial Borgato Máquinas e Implementos S.A. nº CSBRA20131200024 – Página de Assinaturas 4/4.

15^o Tabelião


ELIDIO BORGATO
como Fiador


15^o Tabelião


MARIA LUCIA DE CAMARGO BORGATO
como Fiadora

15^o Tabelião


CAIO DE CAMARGO BORGATO
como Fiador

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
20 DEZ. 2013

JUCESP
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICADO DE REGISTRO
SOB O NÚMERO
SECRETARIA GERAL
ED001323-7/000


20^o Tabelião
visto
13 DEZ 2013

Testemunhas:

Nome: Fernando Nunes
RG: CPF: 341.177.888-65
CPF/MF: RG: 43.805.316-3

Nome: LEONARDO CAIRES PIRES MOREIRA
RG: 44.747.458-3
CPF/MF: 375.002.978-40

20^o notário Jeremias
Rua Joaquim Floriano, 889 - Itaim Bibi
São Paulo - SP - cep 04534-013 - fone 11 3078-1836
ANDRÉ RIBEIRO JEREMIAS
tabelião
Reconheço por semelhança as firmas de (1) FERNANDO NUNES LUIS e (1) LEONARDO CAIRES PIRES MOREIRA, em documento com valor econômico, dou fé.
São Paulo, 13 de dezembro de 2013.
Em Teste da verdade. Cód. [1228290815411732447009-0019]
EDUARDO DE SOUZA - Escrevente Autorizado (Rtd 2: total R\$ 13,00)
Selo(s): 2 Atos: 107764-497287
O Presente ato somente é válido com Selo de Autenticidade.

20^o TABELÃO DE NOTAS
20^o cartório
EDUARDO DE SOUZA
Escrevente Autorizado
Rua Joaquim Floriano, 889
(Capital)
1077AA497287
